

Carta de Belém (22/Junho/2018)

Por uma política de gestão e manejo sustentável dos recursos pesqueiros da Amazônia

Nos dias 21 e 22 de junho de 2018 reuniram-se no auditório da CNBB em Belém diversos atores ligados a pesca e à piscicultura, representando a sociedade civil, o setor privado, a academia e os governos estaduais (AM e PA), para discutir desafios e propostas para o desenvolvimento sustentável da pesca manejada e da piscicultura da Amazônia.

Está havendo uma transição do fornecimento de pescado da atividade pesqueira para a piscicultura em todos os estados da Amazônia, especialmente Rondônia e Mato Grosso. Contudo, e isto não se deve apenas à modernização do setor aquícola, mas também à falta de investimento na gestão e manejo da pesca extrativa manejada.

Não há indícios de competição entre as duas atividades, já que geograficamente o potencial pesqueiro está associado às planícies de inundação dos rios Amazonas e Solimões e seus principais tributários (estados do Amazonas e Pará), enquanto a piscicultura tem avançado mais de forma mais contundente próxima na região das cabeceiras, ou de rios mais encaixados (principalmente estados de Rondônia e Mato Grosso).

Além disto, a prática do empreendimento aquícola e da pesca extrativa envolve perfis culturais diferentes que precisam ser reconhecidos, respeitados e mantidos, na medida em que a piscicultura pode promover um maior volume de ganho econômico e de inovação tecnológica, da qual nem a região e nem o país pode prescindir, enquanto a pesca manejada representa a principal garantia de segurança alimentar principalmente para a população ribeirinha da região. Ambas podem agregar, de forma sinérgica, uma fonte alternativa de proteína animal mais sustentável do ponto de vista ambiental do que a pecuária, e que se forem conduzidas por um plano estratégico adequado, podem ajudar a reduzir de forma significativa a taxa de conversão florestal e as emissões de carbono na Amazônia.

Todavia, para que isto possa começar a se concretizar, uma série de desafios precisam ser superados, a saber:

1) Condições de governança:

Há mais de uma década a responsabilidade da gestão pesqueira na esfera federal tem sofrido várias transições que tem em muito fragilizado o diálogo com todos os demais atores envolvidos com o setor, o que vem, de certa forma, desconstruindo um processo de gestão participativa que amadureceu na região ao longo do período de 1995-2008, aproximadamente. De forma

incipiente, os estados (AM e PA) têm assumido parte destas responsabilidades. Esta instabilidade no âmbito institucional acaba por ter um impacto amplificado na ausência de governança quanto a este se associa também a atual desorganização da base social e produtiva.

2) Ausência de dados sistematizados:

Não é possível fazer o planejamento de um setor produtivo sem ter os dados sobre a capacidade produtiva deste. A pesca na Amazônia tem sofrido com um monitoramento descontinuado, e os dados mais recentes na escala da bacia são de 2004, além de alguns dados obtidos por projetos pontuais em determinadas porções da bacia. Também, os dados de produção aquícola obtidas por imputação pelo IBGE até o momento, são de qualidade questionável

3) Informalidade da atividade pesqueira:

A parte significativa das pessoas e dos processos envolvidos na cadeia produtiva do pescado operam de maneira informal, o que significa que além de não se ter os devidos registros da atividade para fins de monitoramento, implica também em mantê-los afastados das possibilidades de serem contemplados em políticas públicas. Também, a informalidade compromete a saúde financeira das empresas formais e o seu papel social em fornecer emprego com carteira assinada além de promover a evasão fiscal.

4) Baixa eficiência na cadeia produtiva do pescado:

A baixa eficiência na cadeia produtiva do pescado envolve uma série de fatores, dentre os quais podem ser listados os seguintes:

- i. Produção biológica variável e pouco conhecida (espacial e temporalmente);
- ii. Falta de capacitação técnica e gerencial para as organizações dos pescadores;
- iii. Desafios no transporte e atendimento a questões sanitárias;
- iv. Desafios nos trâmites do licenciamento e de questões tributárias (piscicultura)
- v. Ausência de assistência técnica;
- vi. Custo e qualidade do fornecimento de energia elétrica (frigoríficos);
- vii. Mercado nacional de baixo consumo per capita;
- viii. Mercado internacional de baixa aceitação para espécies amazônicas;

5) Incertezas amplificadas pelos impactos de obras de infraestrutura e mudanças climáticas

Não se pode ignorar que todos os elementos colocados acima podem ser ainda amplificados frente a quebra de conectividade que os habitats aquáticos estão sujeitos (p.ex: hidrelétricas), impactando principalmente as espécies de peixes migradoras. Além disto os efeitos oriundos das mudanças climáticas implicaram em variação na produtividade biológica natural das espécies.

Para lidar com este conjunto de desafios, é necessário desenvolver e implementar, como base, um conjunto de **medidas estruturantes**, sendo que as duas principais delas são:

1) Governança:

- a. Reestabelecer, em caráter emergencial, a instância de diálogo e deliberação do setor pesqueiro no nível federal, o Comitê Permanente de Gestão dos Recursos Aquático (CPG Bacias Norte), gerenciado pela SEAP em parceria com o MMA, bem como do seu subcomitê científico, para que as propostas do setor possam ser discutidas, votadas e aprovadas, e garantir o seu funcionamento periódico por parte da SEAP e do MMA;
- b. Definir de forma mais clara o papel do SEAP, MAPA e das autarquias ligadas ao MMA (IBAMA e ICMBio) e, por consequência, dos órgãos estaduais, no apoio e assistência aos diferentes atores do setor pesqueiro nas diversas localidades e escalas. ***Também é fundamental que se promova uma estabilização institucional mínima dos órgãos que lidam com setor, sob o risco do setor se manter na “marginalidade”.***
- c. São necessários o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia ampla e intensiva de cadastros/registros, em todas as esferas, escalas e elos da cadeia produtiva, para que haja o devido dimensionamento do papel econômico e social da produção do pescado, bem como para redução da informalidade no setor; (interface com monitoramento)

2) Monitoramento

Os dados de produção pesqueira e aquícola atualmente disponíveis na região são insuficientes para embasar, de forma quantitativa, os potenciais de produção. Não é adequado que a atividade de monitoramento pesqueiro dependa apenas de projetos de instituto de pesquisa ou similares. Como esta é uma atividade estruturante, é fundamental que o ESTADO assuma esta responsabilidade, criando as condições para que dados oficiais de qualidade, tanto da pesca e da piscicultura sejam coletados de forma contínua, permanente e representativa em de toda a bacia amazônica. Neste sentido é importante averiguar como o monitoramento pode estar associado às questões tributárias, geração de divisas e acessos a benefícios.

Uma vez que estas medidas estruturantes sejam implementadas, é possível que se tenha as condições institucionais para que algumas ações visando a implementação da cadeia produtiva do pescado possam ser realizadas em panorama de sustentabilidade mais promissor e estável. Um exemplo é cadeia produtiva do pirarucu (*Arapaima gigas*). Esta é a cadeia produtiva de pescado de base comunitária da Amazônia que, provavelmente, está mais próxima de consolidar. O investimento na análise de um protótipo (por exemplo, a partir de RDS Mamirauá e/ou experiências do baixo Amazonas/Santarém) que inclua fonte produtiva do pescado e os mecanismos de rastreabilidade até o consumidor precisa ser realizado e resultados disponibilizados para gerar insumos para o desenvolvimento de uma estratégia em maior escala.

Uma série de outras ações para a consolidação da cadeia do pescado são propostas e o seu detalhamento encontra-se no relatório da oficina (**em anexo**), mas menciona-se aqui algumas: 1) Atualização de marco regulatório; 2) Criação de rede de instituições do terceiro setor; 3) Ampliação da rede de assistência técnica; 4) Estratégia de educação para o co-manejo pesqueiro; 5) Estratégia para piscicultura baseada em espécie nativas com potencial zootécnico e econômico, associados a sistemas agroecológicos; 6) Promover o estudo dos potenciais impactos, oportunidades, possibilidades, necessidades e condições para criação das espécies não-nativas; 7) Aprimoramento das condições de transporte e beneficiamento do pescado; e 8) Atendimento aos padrões mínimos de exportação para aumento da competitividade.

Assim expressa o conteúdo das discussões da referida oficina, nós abaixo listados solicitamos que as instâncias competentes se manifestem e se mobilizem sobre os pontos colocados.

Atenciosamente,

SAPOPEMA - Sociedade para Pesquisa e Proteção ao Meio Ambiente

EII - Earth Innovation Institute

SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

SEDEME - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia

SEMA-AM - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SEMAS-PA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

IDSMM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IDESPAM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura da Amazônia

MOPEBAM - Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi

WCS - Wildlife Conservation Society

FAPA - Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária

ICDAM - Instituto Internacional de Comunicação da Amazônia

AEP - Associação dos Engenheiros de Pesca - PA e AP

APETRPFAS - Associação dos Pequenos Trabalhadores da Produção Familiar de Salvaterra

AQUAMAT - Associação dos Aquicultores do Estado de Mato Grosso

CPP - Comissão de Pastoral da Pesca

EMATER

PEABIRU

Peixe BR